

# Artigo 9º-A - A Lei de Execução Penal (LEP) Comentada: A Identificação Genética no Sistema Penal Brasileiro

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | novembro 7, 2024



O Artigo 9º-A da Lei de Execução Penal (LEP), introduzido como parte das medidas de modernização e aprimoramento do sistema de justiça criminal, estabelece a obrigatoriedade da identificação genética dos condenados por crimes dolosos praticados com violência grave contra a pessoa, crimes contra a vida, contra a liberdade sexual e crimes sexuais contra vulneráveis. A introdução dessa medida visa fortalecer a prevenção e resolução de crimes, ao mesmo tempo em que busca respeitar direitos fundamentais, como a proteção de dados e a privacidade dos indivíduos.

Neste artigo, vamos explorar os principais aspectos e a importância do Artigo 9º-A da LEP, analisando as diretrizes para a coleta, armazenamento e utilização de dados genéticos no contexto do sistema prisional. Além disso, discutiremos as implicações legais e éticas dessa normativa.

## 1. A Importância da Identificação Genética no Sistema Penal

A identificação genética, por meio da coleta de DNA,

desempenha um papel significativo na elucidação de crimes e na identificação de indivíduos envolvidos em práticas delituosas. No sistema penal brasileiro, o uso do DNA foi regulamentado no intuito de oferecer maior precisão nas investigações criminais, além de auxiliar na execução da pena e no monitoramento de criminosos considerados de alta periculosidade.

A obrigatoriedade de coletar o perfil genético de condenados por crimes de violência grave ou crimes sexuais visa criar um banco de dados robusto que possa servir de ferramenta para futuras investigações. A identificação genética permite que se estabeleçam ligações entre evidências forenses de diferentes cenas de crime e eventuais suspeitos, contribuindo para a segurança pública e para a prevenção de novos crimes.

## **1.1. Princípios que Regem a Identificação Genética**

Embora a identificação genética no sistema penal seja uma ferramenta poderosa, é fundamental que ela seja conduzida com base em princípios que respeitem os direitos e garantias fundamentais dos indivíduos. O Artigo 9º-A da LEP determina que a coleta de DNA deve ser realizada por meio de técnicas adequadas e indolores, respeitando a integridade física e moral do condenado.

Além disso, a norma impõe a confidencialidade dos dados genéticos coletados, exigindo que eles sejam armazenados em um banco de dados sigiloso. Esses cuidados visam proteger a privacidade dos indivíduos e assegurar que as informações coletadas não sejam utilizadas para fins que extrapolem o escopo do sistema de justiça criminal.

## **2. Procedimentos de Coleta e**

# **Armazenamento de Dados Genéticos**

O Artigo 9º-A da LEP detalha os procedimentos de coleta e armazenamento dos dados genéticos, estabelecendo um conjunto de regras para garantir que a identificação genética seja realizada de maneira ética e segura.

## **2.1. Coleta do Perfil Genético**

A coleta do perfil genético dos condenados é obrigatória para indivíduos que tenham cometido crimes de violência grave contra a pessoa, crimes contra a vida, liberdade sexual e crimes sexuais contra vulneráveis. De acordo com o caput do Artigo 9º-A, essa coleta deve ser realizada no momento da entrada no estabelecimento prisional. Essa medida visa assegurar que, desde o início do cumprimento da pena, o Estado tenha acesso a informações genéticas relevantes, que podem ser usadas tanto para a elucidação de crimes passados quanto para a prevenção de reincidência.

### **2.1.1. Amostra Biológica e Técnicas Utilizadas**

A amostra biológica necessária para a identificação do perfil genético é extraída por meio de técnicas indolores, o que geralmente envolve a coleta de saliva ou células da mucosa bucal. O uso de métodos indolores visa respeitar a integridade física do condenado e diminuir o impacto psicológico do procedimento. Além disso, a coleta deve ser realizada por peritos oficiais, garantindo a qualidade e a legitimidade dos dados obtidos.

## **2.2. Armazenamento de Dados Genéticos**

Após a coleta, o perfil genético do condenado é armazenado em um banco de dados sigiloso, conforme determinado pelo §1º do Artigo 9º-A. Esse banco de dados é regulamentado pelo Poder Executivo, o que significa que o governo é responsável por definir as normas de segurança e confidencialidade para evitar

o uso indevido dos dados. Essa regulamentação inclui diretrizes para o armazenamento seguro das informações, bem como a utilização dos dados exclusivamente para fins de identificação no contexto da justiça criminal.

### **2.2.1. Proteção de Dados e Privacidade**

Para garantir a segurança das informações armazenadas, o Artigo 9º-A impõe que a regulamentação inclua garantias mínimas de proteção de dados genéticos, de acordo com as melhores práticas da genética forense. Isso significa que as autoridades responsáveis devem seguir protocolos rigorosos de armazenamento e limitar o acesso aos dados para evitar abusos e proteger a privacidade dos condenados.

## **3. Acesso e Controle dos Dados Genéticos**

O Artigo 9º-A estabelece regras claras sobre o acesso aos dados genéticos armazenados no banco de dados, permitindo que a polícia, com autorização judicial, tenha acesso às informações para investigações criminais em curso.

### **3.1. Acesso pela Autoridade Policial**

De acordo com o §2º do Artigo 9º-A, a autoridade policial, seja federal ou estadual, pode requerer o acesso aos dados genéticos para auxiliar na elucidação de um crime. Esse acesso deve ser autorizado pelo juiz competente, garantindo que haja controle judicial sobre o uso das informações genéticas, o que contribui para a legalidade e a transparência do processo investigativo.

### **3.2. Direito de Acesso do Condenado aos Próprios Dados**

O §3º assegura ao condenado o direito de acessar os seus dados

genéticos constantes no banco de perfis, bem como os documentos relacionados à cadeia de custódia que gerou esses dados. Esse direito de acesso permite que a defesa contradite a informação, promovendo a justiça e a transparência. Ao garantir que o condenado tenha conhecimento das informações armazenadas, a norma assegura que o sistema de justiça respeite os direitos de defesa e possibilite o controle e fiscalização das práticas forenses.

## **4. Restrições ao Uso dos Dados Genéticos**

O Artigo 9º-A impõe restrições específicas sobre o uso das amostras biológicas coletadas, estabelecendo que elas só podem ser utilizadas para a identificação genética. Esse aspecto é essencial para proteger os direitos dos condenados e evitar o uso indevido das informações.

### **4.1. Limitação ao Uso de Fenotipagem e Busca Familiar**

O §5º proíbe a fenotipagem genética ou busca familiar, limitando o uso dos dados genéticos ao único e exclusivo propósito de identificação. A fenotipagem genética é uma técnica que permite inferir características físicas e comportamentais a partir do DNA, enquanto a busca familiar envolve a análise de dados para identificar parentes de um indivíduo. A proibição dessas práticas garante que o uso do DNA seja restrito ao contexto criminal, evitando investigações baseadas em características físicas ou laços familiares, que poderiam levar a abusos e violações de privacidade.

### **4.2. Descarte das Amostras Biológicas**

O §6º determina que, após a identificação do perfil genético, a amostra biológica deve ser corretamente descartada para

evitar seu uso em qualquer outra finalidade. Essa medida visa proteger a integridade dos dados genéticos e impedir o uso indevido das amostras, reforçando o compromisso com a privacidade e a proteção de dados dos condenados.

## **5. Penalidades para a Recusa no Procedimento de Identificação Genética**

O Artigo 9º-A prevê consequências para os condenados que se recusarem a realizar o procedimento de identificação genética. A recusa é considerada uma falta grave, conforme disposto no §8º, o que pode resultar em sanções disciplinares no contexto da execução penal. Essa previsão reforça a obrigatoriedade da coleta de DNA e incentiva a adesão ao procedimento, com o objetivo de preservar a eficácia do sistema de identificação e de garantir a segurança pública.

---

## **Perguntas e Respostas Frequentes**

### **1. Qual é a finalidade da identificação genética prevista no Artigo 9º-A da LEP?**

A identificação genética é realizada para auxiliar na resolução de crimes e na individualização do cumprimento de pena. Ela permite a criação de um banco de dados de perfis genéticos que pode ser utilizado para identificar criminosos em futuras investigações.

### **2. Quem deve ser submetido ao procedimento de identificação genética?**

O procedimento é obrigatório para condenados por crimes dolosos cometidos com violência grave contra a pessoa, crimes contra a vida, liberdade sexual e crimes sexuais contra vulneráveis.

### **3. Como é feita a coleta do perfil genético?**

A coleta é realizada por técnicas indolores, geralmente utilizando amostras de saliva ou células da mucosa bucal, e deve ser feita por peritos oficiais.

### **4. Onde os dados genéticos são armazenados?**

Os dados genéticos são armazenados em um banco de dados sigiloso, regulamentado pelo Poder Executivo, que deve assegurar a proteção e confidencialidade das informações.

### **5. O condenado tem acesso aos próprios dados genéticos?**

Sim, o §3º do Artigo 9º-A garante ao condenado o direito de acesso aos seus dados genéticos e à documentação da cadeia de custódia, permitindo a possibilidade de questionamento pela defesa.

### **6. Existe alguma restrição ao uso das amostras biológicas coletadas?**

Sim, as amostras só podem ser utilizadas para a identificação genética, sendo proibido seu uso para fenotipagem genética ou busca familiar. Além disso, as amostras devem ser descartadas após a identificação do perfil genético.

### **7. O que acontece se o condenado se recusar a realizar a identificação genética?**

A recusa em realizar o procedimento é considerada falta grave, o que pode acarretar sanções disciplinares no contexto da execução penal.